

PROCESSOS DE (DES)LEGITIMAÇÃO DO CÂNONE: O NEGRO NA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA

Lizandro Carlos Calegari*

Fábio Martins Moreira**

Resumo: o propósito deste trabalho consiste em refletir sobre os processos de legitimação e de deslegitimação de obras literárias do cânone brasileiro, atentando, principalmente, para a questão da representação do personagem negro. Assim, em um primeiro momento, realiza-se estudo sobre as bases de formação e de sustentação do cânone literário e, em seguida, projeta-se um olhar sobre o negro, em particular, em algumas obras publicadas a partir do romantismo (1836). Desde o momento em que a literatura brasileira volta o seu olhar sobre a cor local, observou-se que o negro foi representado de forma preconceituosa, o que justificou a sua exclusão ou o seu pouco valor em obras consideradas canônicas. Para o embasamento desta proposta, levaram-se em conta abordagens de autores como Harold Bloom, Leyla Perrone-Moisés e Roberto Reis, entre outros.

Palavras-chave: Cânone. Literatura Brasileira. Exclusão. Negro.

(DE)LEGITIMATION OF THE CANON PROCESS: THE BLACK PEOPLE IN THE HISTORY OF BRAZILIAN LITERATURE

Abstract: this paper aims at reflecting upon the processes of legitimation and delegitimation of literary works from the Brazilian canon, paying attention particularly to the representation of black characters. Thus, at first, we approach the basis of formation and foundation of the literary canon, and, then, we analyze the representation of black people in some works published after the consolidation of the Brazilian romanticism (1836). From that period on, it can be observed that there is prejudice against the black, which justifies both their exclusion and their little importance in works considered canonical. Harold Bloom, Leyla Perrone-Moisés, and Roberto Reis are the main authors who underscore the present research.

Keywords: Canon. Brazilian Literature. Exclusion. Blacks.

A formação do cânone literário: legitimação e desautorização

O estudo científico de determinadas obras requer, muitas vezes, que se faça um questionamento a respeito dos critérios que as legitimaram como parte da história literária.

* Doutor em Letras. Professor de Língua e Literatura na UFSM (RS).

** Mestre em Letras. Professor de Língua e Literatura na rede pública e privada em Chapecó (SC).

Assim, os elementos que conferem autenticidade àqueles textos que formam o cânone literário passam a ser alvo de análise e norteadores de padrões estéticos, algo que se associa ao que se costuma chamar de “boa literatura”. Como pressuposto dessa análise, a definição de “cânone” torna-se imprescindível.

Segundo Leyla Perrone-Moisés (1998, p. 61), a palavra “cânone” veio do grego “kánon”, através do latim “canon”, significando “regra” ou “vara de medir”, e foi utilizada primeiramente no âmbito religioso em relação ao padrão de conduta moralmente “correta” assumida pelos primeiros cristãos. No século IV, aparece um emprego diferente para o vocábulo, mas afim à aplicação posterior na literatura, a qual coloca a palavra “cânone” como um conjunto de textos percebidos como autênticos e inspirados por Deus, segundo o julgamento dos líderes religiosos. A partir da eleição desses textos, montou-se a Bíblia nos moldes conhecidos até hoje, tendo como base o que se chamaria de cânone bíblico ou de textos canônicos.

O mesmo critério utilizado para incluir textos no cânone bíblico acabou por excluir outros, vistos como apócrifos, ou seja, não dotados de autenticidade e inspiração divina. Por mais escusos que fossem os critérios de escolha – como, por exemplo, o simples fato de um texto ser citado por outro canonizado, o que já era suficiente para incluí-lo também –, eles representavam uma norma associada ao elitizado, ao “correto” e, principalmente, ao sagrado. No mesmo sentido, a denominação “cânone” foi utilizada para representar o conjunto de seres humanos considerados santos pela Igreja Católica e, em razão disso, canonizados.

Com base na essência de suas origens, a palavra “cânone” passou a significar o conjunto de elementos elitizados ou mesmo uma lista de merecedores de destaque e, conseqüentemente, apartados do “comum” por meio de qualidades que o conferissem distinção. Intrínseca na definição, percebe-se a legitimação de elementos canonizados mediante a exclusão de agentes considerados inferiores, rejeitados ou não aptos. Assim, o processo de definição e legitimação do cânone implica a existência de relações de poder, visto que quem faz as escolhas tem autoridade para isso e logicamente atende aos seus interesses ou aos do grupo que representa.

O uso da palavra “cânone” foi importado do contexto religioso para a literatura, tendo em seu uso a mesma base de significação original do vocábulo. Com isso, o cânone literário passa a ser compreendido como o conjunto de obras valorosas que representam o que de “melhor” já foi produzido em literatura. São as “obras-primas” ou “clássicas” dotadas em sua essência de valores e grandezas universais, que, por meio da perenidade que representam, são

dignas de admiração, respeito e preservação para as gerações vindouras. Os livros e autores legitimados pelo cânone têm um lugar de destaque no meio literário, servindo de referência para estudos e pesquisas.

Quando um estudioso se vale do cânone para selecionar obras que nortearão suas opções de leitura, esse mesmo cânone desempenha sua função indicativa ao trazer à tona autores relevantes com textos amplamente reconhecidos como uma espécie de guia na formação do leitor. Segundo Harold Bloom (2001), em *O cânone ocidental*, a importância maior do cânone literário está ligada à limitação temporal da vida humana e à impossibilidade de uma completa leitura do que já foi escrito: “quem ler tem de escolher, pois não há literalmente tempo suficiente para ler tudo...” (p. 23). A efemeridade a que o humano está sujeito exige um dinamismo na escolha de leituras, selecionando aquilo que é julgado como relevante através das indicações feitas pelo cânone literário.

A propósito, uma análise dos currículos escolares permite vislumbrar os caminhos percorridos pelo cânone e a dimensão de seus escolhidos. Como instituição, a escola ensina a ler e a escrever e, ao mesmo tempo, oferece “sugestão” daquilo que deve ser lido nos padrões indicados pelo cânone. Os livros didáticos têm em sua constituição a relação dos autores canonizados, os quais, de modo dogmático, são repassados aos educandos, que garantem a sua manutenção e continuidade.

Diante da importância que representa, o cânone literário torna-se alvo de muitos estudos e questionamentos, em particular no que diz respeito aos critérios de seleção, legitimação e exclusão. Com base nas definições apresentadas a partir das origens da palavra “cânone”, a relação de poder está totalmente ligada à escolha de autores que fazem parte dos seletos da literatura, o que interroga a suposta ideia de imparcialidade do processo diante da autoridade que atende a seus próprios interesses.

Segundo Roberto Reis (1992), questionar o processo de canonização de obras literárias é, em última instância, “colocar em xeque os mecanismos de poder a ele subjacentes” (p. 68). Dentro de um sistema de articulação de interesses produzidos por aqueles que detêm poder social, intelectual e financeiro, a eleição das obras clássicas representa igualmente a exclusão de uma grande gama de textos, por meio de mecanismos e razões que extrapolam o âmbito literário e suas questões estéticas. Neste sentido, a noção de “sugestão” atribuída à função do cânone distancia-se quanto mais se aproxima de uma “imposição” manipulada por indivíduos detentores de poder. Conforme Reis,

verificamos que o *corpus* canônico da literatura (e, via de regra, não se usa o adjetivo “ocidental”, embora os autores sejam oriundos do Ocidente) está envolto por uma redoma de a-historicidade, como se houvesse sido estipulado por uma supracomissão de cúpulas e de alto nível (infensa a condicionamentos de ordem ideológica ou de classe) que, por uma espécie de mandato divino, houvesse traçado os contornos do cânon, elegendo tais obras e autores e varrendo do mapa outros autores e obras. (1992, p. 71).

Averbado em seu poder, o cânone trilhou alguns caminhos facilmente percebidos pela trajetória assumida na dominação do mundo eurocêntrico, a começar pela própria denominação “cânone ocidental”, que permite em sua formação etimológica a exclusão do “oriental”, do “africano”, do “indígena” ou de qualquer outro grupo que não compartilhe da cultura e posição social do ocidente. Por questões geográficas de poder, o cânone compactua com a classe dominante de modo que o padrão literário ocidental passa a ser visto como modelo de “boa literatura”, com estética “elitizada” e “correta”, em detrimento a qualquer grupo originário de outras partes do planeta.

Além disso, a função literária extrapola a questão estética e assume o papel de veículo propagador de uma determinada e específica cultura: a ocidental. Nesses padrões, o perfil predominante na literatura canônica está ligado ao patriarcalismo, ao arianismo, ao heterossexualismo e ao cristianismo. A percepção de “boa literatura” está ligada à “boa cultura”, desprezando o diferente. Com isso, conforme postula Reis, o cânone “está a serviço dos mais poderosos, estabelecendo hierarquias rígidas no todo social e funcionando como uma ferramenta de dominação” (1992, p. 71). Os critérios literários que norteiam os estudos das obras canônicas se confundem, ou, no pior dos casos, são substituídos por questões ideológicas complacentes com o pensamento dominante. Conforme o autor,

[a] escrita e o saber, na cultura ocidental, estiveram via de regra de mãos dadas com o poder e funcionaram como forma de dominação. Todo saber é produzido a partir de determinadas condições históricas e ideológicas que constituem o solo do qual esse saber emerge. Toda interpretação é feita a partir de uma dada posição social, de classe, institucional. É muito difícil que um saber esteja desvinculado do poder. Com isso deduzimos que os textos não podem ser dissociados de uma certa configuração ideológica, na proporção em que o que é dito depende de quem fala no texto e de sua inscrição social e histórica. O que equivale a afirmar que todo texto parece estar intimamente sobredeterminado por uma instância de autoridade. O critério para se questionar um texto literário não pode se descurar do fato de que, numa dada circunstância histórica, indivíduos dotados de poder atribuíram o estatuto de literário àquele texto (e não a outros), canonizando-o. (REIS, 1992, p. 69).

O pluralismo de “culturas” propagado pela literatura fica engessado no singular, de modo que o grupo dominante dita o ritmo e os assuntos que sua concepção tendenciosa percebe como apropriados. Nesse sentido, o cânone deixa de ser exclusivamente literário para assumir uma conotação política, na qual a eleição segue um processo simples: “[...] se um autor serve às necessidades do sistema, ele é escolhido; senão, não” (FRANCO, 2008, p. 6). É preciso compreender que a classe dominante, no uso de seus poderes, faz da literatura um reflexo de seus valores, encontrando no cânone um aporte à manutenção e à propagação de suas ideologias, organizadas e repassadas aos seus membros a partir do meio escolar, estendendo-se até mesmo como imposição em outras culturas.

Como visto, as características ideológicas são o ponto de partida para qualquer obra aspirante à canonização. Superada essa barreira e não se levando em conta favoritismos da crítica a determinado autor por quaisquer que sejam as razões, resta em última instância aquilo que deveria ser o pressuposto de tudo: a qualidade literária da obra. O fato de um livro acatar ao interesse ideológico da classe dominante não garante ingresso no cânone. Ela deve atender a quesitos de qualidade, originalidade, valores ligados à atemporalidade e, ainda segundo Bloom, à estranheza representada nas múltiplas possibilidades de análise: “[um] dos sinais de originalidade que pode conquistar *status* canônico para uma obra literária é aquela estranheza que jamais assimilamos inteiramente, ou que se torna um tal fato que nos deixa cegos para idiosincrasias.” (BLOOM, 2001, p. 14).

De um modo um tanto taxativo, Bloom chegou a catalogar o cânone, limitando-o a vinte e seis nomes, os quais vão de William Shakespeare a Virgínia Woolf¹. Posteriormente, a lista foi alargada para cem nomes escolhidos de modo mais democrático e globalizado (incluindo, no caso brasileiro, Machado de Assis). Segundo o autor, a qualidade dos presentes em sua lista ultrapassa a questão temporal, sendo eternizados para gerações futuras. A obra “só entra no cânone pela força poética, que se constitui basicamente de um amálgama: domínio da linguagem figurativa, originalidade, poder cognitivo, conhecimento, dicção exuberante.” (BLOOM, 2001, p. 36).

¹ Em ordem cronológica, os vinte e seis nomes presentes na lista de Bloom são: William Shakespeare, Dante Alighieri, Samuel Johnson, Johann Wolfgang Goethe, William Wordsworth, Miguel de Cervantes, Geoffrey Chaucer, James Joyce, Michel de Montaigne, Molière, John Milton, Jane Austen, Walt Whitman, Emily Dickinson, Charles Dickens, Thomas Eliot, Leon Tolstoi, Johan Henrik Ibsen, Sigmund Freud, Marcel Proust, Virgínia Woolf, Franz Kafka, Pablo Neruda, Jorge Luis Borges, Fernando Pessoa e Samuel Beckett.

Entretanto, as definições do estético que envolvem a qualidade canônica são inevitavelmente vagas e imprecisas. Os critérios aplicados pela crítica literária não são imutáveis e não permitem um manual daquilo que poderia ser visto como padrão a ser procurado durante a avaliação de determinada obra. Qualquer tentativa de catalogação desses critérios, além de exaustiva, pode-se revelar obsoleta, diante das constantes mudanças a que as teorias estão sujeitas.

A qualidade dos escolhidos por Bloom é inegável, e os autores eleitos estão dentro do padrão “sugerido” pelo cânone ocidental. Porém, o que se questiona não é tão somente o motivo de algumas obras fazerem parte do cânone (o longo tempo de sua canonização mediante as análises de repetidas gerações de estudiosos certamente já teria descartado obras carentes de valor); o questionamento recai no porquê da exclusão de tantas outras, que, mesmo atendendo aos padrões estéticos de qualidade e originalidade, não foram eleitas. Como afirma Flávio Kothe (1997, P. 107-108), “[o] problema não é apenas a vigência do cânone, mas a imposição da interpretação canonizante como a única válida, a única ciência a que dá espaço e significação, na escola, na mídia, nas editoras”.

Nenhum defensor do cânone admitiria que temas ideológicos se sobrepusessem às características estéticas. Isso seria negar o objeto de estudo em uma total repulsa da teoria literária como ciência séria. Mesmo assim, não há como refutar o fato de o cânone tradicional se revelar uma forma de propagação de modelos estabelecidos pela sociedade ocidental. Nesse ínterim, o foco do questionamento do cânone retoma uma conotação ideológica, em que o modelo ocidental deve ser desmistificado para o “diferente” também ter espaço.

As discussões que permeiam o cânone são maiores do que as possibilidades de abordagem deste trabalho sobre a temática. Por isso, é necessária uma delimitação dentro da proposta de pesquisa aqui encenada. O tema realmente é polêmico e causa alvoroço na crítica tradicional o simples fato de se cogitar uma revisão de obras e autores. Alguns críticos são pragmáticos e consideram heresia questionar o cânone e seus atributos. Como defesa, os mais conservadores utilizam o argumento de que a ideologia não deve ultrapassar os limites do estético, e com isso refutam qualquer levantamento feito contra o cânone. Todavia, não é esta a questão, e a discussão desse argumento desloca toda a problemática dos excluídos, como se tem percebido em muitos estudos. Questionar a tendência ocidental do cânone não significa abrir as portas para todo e qualquer texto fazer parte dele. Será que critérios estéticos podem ser mantidos sem existir uma concepção preconceituosa de temas?

Nesse sentido, é vital enfatizar que o questionamento do cânone apresentado nessa pesquisa parte de uma análise dos excluídos, daqueles que não tiveram, por muito tempo, espaço e reconhecimento no padrão de “boa literatura” imposta pelas leis canônicas. Logo, o objetivo do trabalho não visa a “descanonizar” nenhum autor (o tempo e os críticos contemporâneos se responsabilizarão por isso), muito menos incluir na lista de eleitos outros autores pelo fato de conterem ideologias diferentes da tradicional. Romper as barreiras ideológicas das obras canônicas não significa abrir mão dos elementos estéticos a serem levados em conta para a sua eleição. O que se pretende é perceber a não imparcialidade do cânone em suas escolhas baseadas em ideologias a serviço da classe dominante bem como a consequente exclusão do diferente, sem nem mesmo serem levadas em conta suas qualidades literárias ou sem um motivo plausível e convincente para tal. Conforme declara Reis,

[o] que interessa reter, mais do que uma diacronia, é que o conceito de cânon implica um princípio de seleção (e exclusão) e, assim, não pode se desvincular da questão do poder: obviamente, os que selecionam (e excluem) estão investidos da autoridade para fazê-lo e o farão de acordo com os seus interesses (isto é: de sua classe, de sua cultura, etc.). (1992, p. 70)

As obras protegidas pelo aval do cânone gozam de uma relativa segurança no que tange à sua perpetuação. Mesmo assim, isso não as deixa imune a uma análise crítica sobre suas ideologias na cumplicidade com o poder. E este, como ratifica a história, sempre defendeu os interesses de uma classe bem específica. Basta pensar em Shakespeare, autor canonizado pela unanimidade da crítica, em um contexto diferente: caso seus personagens fossem asiáticos ou caso Hamlet fosse príncipe de uma tribo africana, será que o autor ocuparia a mesma posição no cânone?

O modo como alguns grupos marginalizados foram encarados por parte daqueles que legitimaram o cânone demonstra a parcialidade nas escolhas. Desse pressuposto, dois enfoques podem ser levados em conta: 1) a reivindicação de espaço por classes simplesmente ignoradas pelo padrão canônico; e 2) a forma como são descritos elementos dessas classes quando mencionados em obras canônicas.

Dentre tantos grupos ignorados pelo cânone, as mulheres e os negros são dois exemplos claros de exclusão. A abertura literária (parcial e tardia) para esses dois casos coincide, historicamente, com as lutas sociais por eles travadas no último século. No momento em que as mulheres foram às ruas e lutaram por direitos de igualdade, percebeu-se também certa mudança

literária no padrão patriarcal vigente no cânone, assim como as lutas contra o racismo acabaram por tornar “politicamente incorreta” a literatura que pregasse o sectarismo. Afora esse momento de mudanças históricas, o cânone que as antecede sempre manteve as mulheres submissas a uma sociedade machista, e os negros como membros de uma classe inferiorizada e, por essa razão, escravizada como força de trabalho diante do europeu/colonizador. Como se não bastasse isso, existe um esforço por parte da crítica conservadora em esconder alguns aspectos preconceituosos das bibliografias de autores canonizados.

Isso tudo não significa que o cânone represente uma consciente conspiração contra grupos minoritários. Muitos fatores relativos ao momento histórico, a tendências políticas e de poder influenciaram nas escolhas, caracterizando uma exclusão, até certo ponto, inconsciente. No entanto, a visão tendenciosa aplicada no passado não se justifica no contexto contemporâneo, no qual o distanciamento temporal permite um olhar mais abrangente e, principalmente, imparcial nos critérios canônicos. A polêmica vem à tona na medida em que nenhuma transformação, ainda mais dessa grandeza, ocorreria sem protesto dos defensores do cânone em detrimento ao seu poder. Segundo Constância Lima Duarte (1996, s/p) em seus estudos sobre a literatura feminina, um questionamento sobre o cânone representa uma disputa pelo poder: “[...] com certeza, parece que chegamos ao fim do cânone estabelecido a partir da visão limitada de um grupo ou de um único homem, ditado por seus preconceitos e valores. Esta disputa – é evidente – é uma disputa pelo poder”.

Entretanto, o questionamento do padrão imposto pela história e pelos grupos dominantes não se limita à literatura. Percebe-se no âmbito social uma abertura de temas e discussões no último século. O discurso das minorias marginalizadas tem ganhado espaço, efetivando-se como imprescindível na evolução humana, como se nota nas causas feministas e antirracistas. O que torna a questão ainda mais polêmica está no fato de que o questionamento do cânone literário mexe com as estruturas do poder político que o utiliza para propagar suas preferências. Investigar, por exemplo, os motivos que mantiveram o negro à parte na literatura implica analisar historicamente a postura da classe dominante em relação a esse grupo, desnudando um perfil preconceituoso de uma sociedade inteira. A reivindicação literária torna-se um questionamento social tendo em seu papel a desconstrução do discurso dominante em detrimento à crítica tradicional.

Não é o que se verifica em muitas pesquisas acadêmicas sobre obras canônicas, que fingem não perceber, por exemplo, o modo racista como o negro é tratado, ou nem notam que a mulher é humilhada, não passando de coadjuvante na sociedade patriarcal. Aspectos como esses frequentemente tornam-se despercebidos pela crítica, que não ousa questionar a idoneidade de seus escolhidos, ocultando fatores que, em uma concepção contemporânea (inclusive Ocidental), são dignas de repúdio. Qualquer autor contemporâneo que tratasse o negro da mesma forma como a literatura clássica o tratou, estaria fadado ao desprezo e ao esquecimento, sem dizer das implicações judiciais no que tange às leis contra ao preconceito e ao sectarismo. Nesse sentido, Reis aponta a necessidade de se aplicar no cânone o olhar crítico aplicado ao social:

[...] uma indagação do cânon tampouco deve ser apartada de toda uma tendência, nesta época tida por pós-moderna, de colocar entre parênteses alguns dos alicerces da cultura ocidental: a metafísica, o racionalismo, o humanismo, o logocentrismo, o falocentrismo, o patriarcalismo, o etnocentrismo, o capitalismo, o colonialismo, o imperialismo, a hegemonia burguesa, o arianismo, o racismo, a homofobia, os mitos do Estado, da objetividade, da ciência, do progresso, da tecnologia, a moral judaico-cristã, para listar os mais relevantes. Todos estes saberes serviram para assegurar a dominação do Ocidente, do branco, do homem, das classes privilegiadas sobre outras culturas, etnias, grupos sociais, sexualidades. (1992, p. 75).

A mesma reivindicação aplicada no meio social também se estendeu ao meio literário, no qual as minorias exigem seu espaço. Para essa abertura ocorrer na literatura, o discurso literário teria que se adaptar e abrir mão de seu discurso elitizado no seu *status* de canonizado, para incluir o discurso das minorias, que inegavelmente fazem parte da mesma cultura. Se não é possível tocar em obras e autores sacralizados pelo cânone, talvez seja possível torná-los um pouco mais imparciais, já que o passado se revelou bastante falho nesse sentido. Por questões de ordem prática, este trabalho volta a sua atenção para o personagem negro na literatura brasileira, em algumas obras publicadas por autores pertencentes à chamada era nacional, que se inicia com o romantismo, em 1936, período em que a literatura brasileira ainda está em sua fase de consolidação e em que vários autores voltam o seu olhar para a cor local.

A presença do negro na literatura brasileira: um olhar sobre a exclusão

Uma revisão do cânone em busca da representação do negro permite uma concepção de sua aceitação como tema e, acima de tudo, viabiliza uma avaliação do modo como ele é tratado. Nesse sentido, em relação a obras e a autores já canonizados, faz-se necessária a realização de uma análise que privilegie circunstâncias que geram exclusão e preconceito como tema literário. Assim, é importante um estudo baseado nos elementos que atentem para a marginalização do negro, de modo que estejam afinados à proposta ideológica canônica, bem como condizentes às escolhas concebidas pelos próprios autores na produção de seus textos diante de suas posturas em relação a esse grupo.

Dentro da enorme quantidade de autores negros e tantos outros que têm abordado o assunto e que foram excluídos do cânone, fazem-se indispensáveis análises com base na estética de suas produções e na possibilidade de uma justa validação canônica. Entretanto, este não é o objetivo da presente pesquisa, já que o que se propõe para fins de estudo é aquilo que o cânone eternizou e, nesse conjunto de eleitos, privilegiam-se algumas obras e determinados autores que optaram pelo negro como temática. Isso significa que, neste artigo, não são avaliados todos os textos que dedicaram atenção ao negro, nem a maioria deles, mas alguns exemplos que visam a demonstrar essa violência contra uma etnia ainda desprezada pela sua cor.

Ao se aprofundar o estudo do tema, percebe-se que o negro aparece em quase todos os momentos da literatura, mas raramente a ele é dado voz, espaço ou permissão para que se posicione. O olhar dos escritores é dotado de certo distanciamento, de forma que o negro surge como mero coadjuvante, uma espécie de “outro”, um deslocado no mundo dito “correto” dos brancos, mais parte do cenário do que propriamente personagem. Fatores ideológicos e históricos estão envolvidos nesse processo de exclusão que, além do contexto literário, permeia ainda o meio social e político. Como afirma Domício Proença Filho (2004), “[...] a presença do negro na literatura brasileira não escapa ao tratamento marginalizante que, desde as instâncias fundadoras, marca a etnia no processo de construção de nossa sociedade” (p. 2). Até 1888, a justificativa de exclusão estava na escravidão e nas heranças históricas que esse período carregava. Depois dessa data, a exclusão se baseava na ideologia da superioridade branca importada da ciência europeia e no preconceito em relação ao negro

livre que estava longe de fazer parte da sociedade brasileira. De qualquer maneira, a liberdade nunca fora plena.

Desse modo, a literatura criou um negro estereotipado, ligado à escravidão, eternamente servindo ao branco, limitado intelectualmente e tendo na sua força física as características de selvagem. As marcas de inferioridade fazem parte das descrições, e a imposição da cultura branca sufoca a cultura africana que ficou esquecida na literatura. Essa postura representa o desprezo, ou pior, a negação de uma fatia representativa de quase metade da população brasileira, uma nação negra em sua boa parte, mas unicamente branca na sua literatura.

Praticamente inexpressivo antes do romantismo, a abordagem do tema negro mostra-se preconceituosa mais pela ausência do que pela presença, o que é facilmente compreendido atentando-se para a carência de escritores e a associação com o grupo burguês escravocrata dos poucos que existiam. Com o romantismo, a partir de 1830, mais ou menos, percebe-se o personagem negro mais presente – mas não mais representativo – na literatura, sem ser realmente valorizado. Assim, ele era apenas um mero tema do momento histórico, sempre escravo, nunca um ser humanizado e atuante.

Em José de Alencar (1829-1877), o índio foi apresentado nos moldes idealizantes do romantismo, que visava à busca do resgate nacionalista por meio de seu herói. Essa visão sobre o índio, deturpada pelo medievalismo europeu, foi no mínimo privilegiada em relação à visão de Alencar sobre o negro. Quanto a esse último, a rigor, sua postura foi diferente, relegando a ele a posição de escravo, inferior e conformado com sua situação subalterna, devedor de gratidão aos seus donos bondosos. A visão da superioridade branca, na obra desse escritor, parte não somente do personagem branco, mas também do personagem negro, que se aceita na condição de serviçal rebaixado.

É justamente isso o que se percebe em *O tronco do ipê* (1871) e *Til* (1872), romances em que o negro assume uma espécie de conformismo harmônico com seus senhores. Nesse sentido, conforme complementa Silviano Santiago (1982), “não há necessidade de que haja poder coercitivo por parte do chefe contra as camadas que lhe são inferiores. Cada um sabe o lugar que ocupa e que é certo, visto que as possibilidades de transferência, de mobilidade e de ascensão estão banidas do universo textual de Alencar” (p. 105). Como se não bastasse isso, as descrições alencarianas aplicadas ao negro são claramente rápidas e econômicas em relação às descrições dos personagens brancos. São, ainda, repletas de elementos

zoomórficos, nos quais o negro é constantemente comparado a animais que expressam, em suas atitudes, falas e características físicas, a bestialidade inerente a uma raça inferior.

Alencar não foi despretensioso em sua literatura, e o que ele escreveu não foi meramente um reflexo da sociedade escravocrata. Foi a sua visão com o seu preconceito apoiado no cânone e confirmado no seu discurso aplicado em muitas cartas – as quase esquecidas *Cartas de Erasmo* – direcionadas a Dom Pedro II no intuito de favorecer a escravidão. Os argumentos do autor junto ao imperador incluíram a necessidade de mão de obra, o perigo social que o negro livre representaria, o estrago racial que poderia ser causado com a miscigenação e, valendo-se de sua retórica como escritor, apelou até mesmo com a Bíblia para comprovar que existem raças superiores em relação a outras (PARRON, 2008). O curioso de tudo isso está no papel do cânone em estrategicamente esconder esses textos durante quase um século e meio, sendo que a exemplar pesquisa de Tamis Parron possibilitou o seu resgate, em publicação datada de 2008, sob o título *Cartas a favor da escravidão*.²

Ainda no romantismo, outro destaque da presença negra na literatura está na obra *Escrava Isaura* (1975), de Bernardo Guimarães (1825-1884). Por mais que o tema seja abordado, o modo como a narrativa é conduzida pelo autor revela um forte pensamento racista e uma exaltação da inferioridade do negro. Isso pode ser percebido pelo personagem Isaura, que despertou comoção nos leitores da época diante do seu sofrimento, por um simples fato: era uma escrava branca. Filha de uma mulata com um branco, ela simbolizava o branqueamento do africano na proporção que adquiria qualidades de superioridade em relação aos escravos negros, como beleza e inteligência: “[...] deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano” (GUIMARÃES, 1999, p. 12).

O negro era visto com desdém, dotado de qualidades negativas, como maldade, feiura e ignorância, que geraram uma espécie de caricatura padrão, a qual só poderia ser quebrada pelo estereótipo de uma escrava branca. Como branca, ela estava deslocada, e, para o público leitor, a senzala não era o seu lugar, já que era diferente de uma negra “genuína” e, por isso

² *Cartas a favor da escravidão* reúne uma série de sete textos políticos escritos entre 1867 e 1868 por José de Alencar contra D. Pedro II, que dava sinais de abertura aos seus críticos estrangeiros. O propósito central da obra era a defesa política da escravidão brasileira, que vinha sofrendo intensa pressão internacional e doméstica após a abolição nos Estados Unidos (1865). Talvez por terem abordado um tema controverso para os padrões contemporâneos, as *Cartas* foram excluídas das obras completas do autor.

mesmo, não obteria a sensibilidade dos leitores da época. Mesmo assim, consciente de sua origem negra, é um personagem que se mantém inferiorizado na forma de pensar, e o seu discurso continua sendo de escravo submisso que sabe o seu “lugar”:

- Mas, senhora, apesar de tudo isso que sou eu mais do que uma simples escrava? Essa educação, que me deram e essa beleza que tanto me gabam, de que me servem?... São trastes de luxo colocados na senzala do africano. A senzala nem por isso deixa de ser o que é: uma senzala.
- Queixas-te de tua sorte, Isaura?
- Eu não, senhora, não tenho motivo... o que quero dizer com isto é que, apesar de todos esses dotes e vantagens, que me atribuem, sei conhecer o meu lugar. (GUIMARÃES, 1999, p. 13).

Como escrava privilegiada, merecedora da bondade dos senhores por sua cor, o personagem efetiva-se como subordinado ao ter consciência da dívida de gratidão que tinha com seus protetores. Assim, o distanciamento que Isaura tem das características africanas permitiu que ela assumisse a postura de heroína romântica com direito inclusive ao *happy end* romântico por meio da proposta de casamento do nobre branco, efetivando, com isso, o fim de suas heranças negras ao se tornar a dona das terras onde nasceu. Nesse romance, outros personagens negros não são levados em conta, tampouco é dada relevância à sua voz ou à sua cultura, a qual é finalmente apagada com a assimilação da cultura branca por Isaura.

Em comunhão com as teorias científicas importadas da Europa, o naturalismo apresenta a figura do negro de modo negativo, como é o caso da obra *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo (1857-1913). Baseado no determinismo e no positivismo, os personagens negros presentes nesse romance são percebidos ora dotados de vícios e atitudes degeneradas que acabam por contaminar a pureza da sociedade branca, ora como eternos submissos à servidão.

As posturas assumidas pelo personagem Rita Baiana – apresentado como erotizado, objeto de apelo sexual, imoral e amoral como uma raça inferior deveria ser – demonstram a posição que o negro e o mulato tinham na hierarquia social da época, como se observa nesta passagem: “[...] ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboleando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal, num requebrado luxurioso que a punha ofegante” (AZEVEDO, 1997, p. 72- 73). Além disso, o personagem Jerônimo, português branco, digno de boa moral e bons costumes, ao se envolver com Rita, acaba por adquirir aspectos negativos ao se contaminar pelos vícios do grupo degenerado do qual a mestiça faz parte.

O outro destaque está no personagem Bertoleza, que, mesmo alforriado, nunca atingiu a liberdade, sendo impiedosamente fiel ao descendente europeu João Romão. A sujeição envolve a entrega sexual e o trabalho físico condicionados em uma relação de superioridade que o autor descreve, dentre outras características, pelo fato de que “Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua” (AZEVEDO, 1997, p. 18). João Romão, como protótipo da raça superior, explora Bertoleza até as últimas consequências, sem dividir com a ex-escrava qualquer fruto de sua ascensão social, apenas uma falsa valorização, que nada mais era do que outra faceta da condição de exploração: “[...] o que custava aquele homem consentir com ela, uma vez por outra, se chegasse para junto dela? Todo dono, nos momentos de bom humor, afaga seu cão...” (AZEVEDO, 1997, p. 132).

No início do século XX, o escritor Graça Aranha (1868-1931), em sua obra *Canaã* (1902), abordou a vinda do emigrante europeu e os processos de adaptação em solo brasileiro. Conforme a República se efetivava, o questionamento que permeava o pensamento da elite brasileira estava no futuro da nação e na sua definição enquanto raça. No período imediatamente posterior à libertação dos escravos, tem-se a vinda de imigrantes europeus como forma de suprir a necessidade de mão de obra e ainda contribuir para o “branqueamento” da população, o que serviria para a elitização da raça e para o apagamento dos vestígios africanos no Brasil. Segundo Moacyr Flores (1995, p. 10), “[...] o branqueamento passa a ser importante na escalada social no fim do século XIX, não havendo lugar para o negro que continua[va] na base da pirâmide social”.

Dentro de um contexto no qual a miscigenação era inevitável, Graça Aranha, em seu livro *Canaã*, descreve a vinda de colonos alemães e suas inquietudes diante da mistura das raças no cenário brasileiro. Pela origem europeia, os alemães são apresentados como símbolo de superioridade, dotados de capacidades intelectuais acentuadas e comprovadas pelas teorias científicas em vigor na época. Em contrapartida, o negro e o mulato, no Brasil, são protótipos do atraso, tendo em sua natureza africana a limitação a uma sub-raça.

O pensamento do autor, que era um espelho do seu período histórico, trata da miscigenação como algo positivo no tocante à grande quantidade de negros que gradativamente seriam embranquecidos, enquanto que o lado negativo consistia no surgimento de mulatos com inferioridade intelectual. Isso pode ser confirmado na fala do

personagem alemão Lentz, que transfigura o pensamento de superioridade racial do europeu em relação ao africano:

[...] não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma raça sobre que se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas. Enquanto não se eliminar a raça que é o produto de tal fusão, a civilização será sempre um misterioso artifício, todos os minutos rotos pelo sensualismo, pela bestialidade e pelo servilismo inato do negro. (ARANHA, 1998, p. 35).

De qualquer maneira, a presença do negro, agora ex-escravo e, para tanto, parte da sociedade brasileira, era vista como preocupação, um problema que o imigrante branco poderia amenizar com a fusão das raças. A razão pela qual os negros foram trazidos para o Brasil já não havia mais, o que pressupõe que não houvesse justificativas convincentes para que o negro existisse em outro lugar que não fosse na África.

A chegada dos imigrantes alemães coincide com o fim do processo de libertação dos escravos. Nesse sentido, depreende-se, da obra *Canaã*, que dois grupos distintos estavam tentando angariar meios de serem introduzidos na sociedade brasileira. Por serem de etnia privilegiada, os colonos alemães receberam terras e apoio governamental, sendo prontamente reconhecidos como parte constituinte da sociedade da época. Em contrapartida, o negro era liberto à deriva, sem qualquer preparo para lidar com a liberdade, e sem nenhuma política de inserção que os amparasse.

O modo depreciativo como a obra trata o negro, além de se perceber a intenção de eliminar tal etnia gradativamente, pode ser visto nas funções que ele exercia no meio social. Embora livre, o negro sempre estava ligado a trabalhos subalternos e de pouca expressão social, enquanto o mulato assumia cargos de maior relevo, o que remete a uma simbologia de ascensão social impulsionada pelo processo de branqueamento.

A obra destaca ainda a submissão do negro mesmo depois da abolição, quando permaneceu na condição de inferiorizado, eternamente cativo, não sendo capaz de lidar com a liberdade diante da precariedade das condições de vida que lhe eram apresentadas e, por isso mesmo, sente inclusive saudades da época em que era escravo:

Ah! Tempo bom de fazenda! A gente trabalhava junto, quem apanhava café apanhava, quem debulhava milho debulhava, tudo de parceria, bandão de gente, mulatas, cafuzas.... Que importava o feitor?... Nunca ninguém morreu de pancadas.

Comida sempre havia, e quando era sábado, véspera de domingo, ah! Meu sinhô, tambor velho roncava até de madrugada. (ARANHA, 1998, p. 17).

Conivente com as ideias apresentadas por Graça Aranha em *Canaã*, o seu contemporâneo Monteiro Lobato (1882-1948) explorou em muitos aspectos a questão do negro na sociedade brasileira e o processo de mestiçagem que imperou na época. O mulato, fruto dessa miscigenação, é, no conjunto da obra do autor, alvo de destaque como tema e problematização.

Pelo grande valor que Lobato tem junto ao cânone, seus livros são merecedores de atenção, levando-se em conta o modo como o tema negro é abordado pelo autor e as marcas preconceituosas que sua obra pode conter. Levando em conta que tal produção divulga o saber, ajuda na formação de opiniões e, ainda, apresenta a cultura de um povo na constituição de seu imaginário, as posturas preconceituosas amparadas pelo cânone são, no mínimo, reflexos do preconceito existente no Brasil.

Contra os argumentos dos defensores do cânone, baseados na ideia de que o momento histórico permitia e aceitava tais concepções, de que era comum pensar assim, reconhecendo, desse modo, o racismo, deve-se sublinhar que tal argumentação apenas explica as causas do que foi feito naquele tempo, mas não apresenta uma justificativa para se ignorar esse fato no presente. Por mais que tenha o amparo histórico, o modo como se apresenta o negro na literatura, na maioria das vezes, é preconceituoso, e as escolhas canônicas revelam claramente tal postura. Isso não pode ser negado, como também não pode ser negado ao pesquisador contemporâneo o direito à exposição das parcialidades da literatura.

Atualmente, observa-se uma grande gama de autores que têm dedicado atenção à causa negra. Contudo, o que se tem averiguado é que, quando se aborda o negro dentro da sociedade brasileira, várias lacunas ainda parecem persistir. A historiografia está carente de livros e de estudos mais consistentes e sérios sobre o negro e sobre o afrodescendente em relação a sua situação em diversos momentos da história e em diversas regiões do Brasil e do mundo. A contribuição africana vem sendo subestimada por muitos autores que trataram do assunto ou de maneira superficial ou inseridos em uma metodologia de pesquisa que elege pontos específicos de investigação como o folclore e as lendas presentes no imaginário de muitos. Não que esses assuntos não sejam importantes, mas eles devem ser vistos em interação com circunstâncias mais abrangentes, em que a produção cultural interaja com questões políticas, econômicas e históricas de formação de uma comunidade.

Considerações finais

A reflexão crítica aqui realizada sobre as bases de sustentação do cânone permite verificar que a escolha de autores e obras por historiadores da literatura e autores de manuais didáticos está associada a interesses da elite intelectual brasileira. Esta, por sua vez, é caracterizada por contradições ideológicas complexas, marcadas por debates referentes a valores sociais, políticos e econômicos.

A ideia de que estar ou não no cânone é resultado, assim, de um processo seletivo que se caracteriza pela legitimação de exclusões. Distinguir entre um bom autor e um mau autor, uma boa obra e uma má obra, é tarefa que não se apresenta mais hoje para os estudos literários brasileiros como se apresentava nos anos 1970. Para se definir um valor literário atualmente, considerando a complexidade do campo de debate, é preciso ter clareza de critérios. O campo intelectual discute, como não podia discutir no passado, pontos de vista sobre a definição de critérios.

Eduardo Coutinho (1996, p. 72) afirmou que se tem tornado imperativo resgatar produções culturais colocadas em segundo plano pela tradição. Entre as exclusões convencionalmente operadas, o cânone brasileiro é marcado de modo geral pela ausência, por exemplo, do cordel, da tradição oral, dos registros indígenas. É importante, então, o esforço de pesquisadores em resgatar autores e obras que, por variadas circunstâncias históricas e ideológicas, deixaram de ser reconhecidas em seu tempo. Estudiosos ligados ao feminismo, às etnias e a grupos sociais marginalizados têm procurado indicar lacunas e reverter critérios de valor consolidados.

A discussão envolve também implicações em termos de política cultural em relação à concepção de prioridades nas bases histórico-sociais de formação do país. Assim, a luta pela inclusão ou exclusão de um autor no cânone brasileiro passa a ser essencialmente ideológicas. Nesse sentido, ao se examinarem os critérios de inclusão e exclusão do cânone, busca-se compreender porque “há poucas mulheres, quase nenhum não-branco e muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social.” (REIS, 1992, p. 73).

Em sua fase de consolidação, durante o romantismo, e mesmo subsequentemente, a literatura brasileira representou o negro de maneira muito particular. O personagem negro foi

colocado na base da pirâmide social, sendo um mero coadjuvante da história, mais como parte do cenário do que como protagonista dotado de voz, inteligência e atitudes positivas. Enquanto um elemento ligado ao escravismo, valia como mão de obra, como um servidor da elite branca, sendo, por isso mesmo, um deslocado, um marginal, um submisso, um sujeito apto aos serviços braçais, mas limitado intelectualmente. Assim, por valer por sua força física, era equiparado a animais, a selvagens, não podendo assumir postos privilegiados socialmente.

Os negros foram representados negativamente, como portadores de vícios, atitudes degeneradas e atrasados culturalmente e intelectualmente. Como resultado dessa herança cultural autoritária, foram excluídos do cânone ou apresentados marginalmente. Isso, provavelmente, justifica não só a exclusão e a marginalização de personagens negros, mas também de escritores negros. Não são poucos, na literatura brasileira, os casos de autores que, por serem negros, não foram reconhecidos por críticos e historiadores ou que tiveram que omitir a sua descendência para que suas obras tivessem algum reconhecimento, nesse caso, quase sempre optando por temas e personagens que se aliassem aos valores formulados no mundo dos brancos.

A consciência desses pressupostos relacionados aos processos de seleção e de exclusão de personagens e de autores do cânone literário é importante na medida em que permite uma revisão de critérios e um olhar crítico sobre as estruturas sociais e históricas do Brasil. De herança colonial e, como consequência, portador de características que se filiam a diferentes formas de violência como discriminação, racismo, homofobia e preconceito, o país formou uma elite intelectual que seleciona seus autores pelo grau maior ou menor de aderência a sua ideologia e de defesa de seus valores. Contemporaneamente, entretanto, grupos específicos – negros, mulheres, homossexuais, etc. – têm trabalhado no sentido de rever posturas e critérios que permitem um olhar diferenciado sobre si e sobre o seu lugar no cânone, desestabilizando estruturas engessadas por uma tradição conservadora e excludente.

Referências

- ALENCAR, José. **Til**. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. **O tronco do ipê**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- ARANHA, Graça. **Canaã**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

AZEVEDO, Aluisio. **O cortiço**. 33. ed. São Paulo: Klick, 1997.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**: os livros e a escola do tempo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

COUTINHO, Eduardo. Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Rio de Janeiro, Abralic, 1996.

DUARTE, Constância Lima. Estudos de mulher e literatura: história e cânone literário. **Anais... VI SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA**, Rio de Janeiro, NIELM, 1996.

FLORES, Moacyr. **O negro na dramaturgia brasileira, 1838/1888**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. **O cânone literário nos materiais didáticos do ensino médio**. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

GUIMARÃES, Bernardo de. **A escrava Isaura**. São Paulo: Ática, 1999.

KOTHE, Flávio. **O cânone colonial**. Brasília: UnB, 1997.

PARRON, Tamis (Org.). **Cartas a favor da escravidão**. São Paulo: Hedra, 2008.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Altas literaturas**: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PROENÇA FILHO, Domício. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. São Paulo: Ática, 2004.

REIS, Roberto. Canon. In: JOBIM, José Luiz (Org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.